



# Ministério de Minas e Energia

## Consultoria Jurídica

### PORTARIA INTERMINISTERIAL MME/MF Nº 1, DE 30 DE MARÇO DE 2023

**OS MINISTROS DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA E DA FAZENDA**, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no art. 2º, § 1º, do Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, e o que consta no Processo nº 48340.004443/2022-69, resolvem:

Art. 1º Estabelecer o valor e a forma de pagamento da outorga de concessão de geração de energia elétrica condicionada à outorga de novos Contratos de Concessão cujo objeto é o conjunto de Usinas Hidrelétricas - UHEs constantes do Anexo, que totalizam 4.176,0 MW de capacidade instalada, a serem concedidos em função da desestatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel Holding), nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018.

§ 1º O valor de outorga de concessão de geração de energia elétrica para as Usinas Hidrelétricas será de R\$ 3.719.428.214,95 (três bilhões, setecentos e dezenove milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, duzentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos).

§ 2º O pagamento da outorga de concessão dar-se-á em parcela única, em até vinte dias, contados do ato da assinatura dos novos Contratos de Concessão.

§ 3º A adesão aos Contratos de Concessão implica a renúncia, por parte das concessionárias, a qualquer direito de indenização por investimentos ainda não amortizados referentes aos Projetos Básicos e por investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados, cujos critérios e procedimentos para os cálculos foram definidos na Resolução Normativa ANEEL nº 1.027, de 19 de julho de 2022, nos termos do art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012.

§ 4º O valor de que trata o § 1º deverá ser atualizado, **pro rata die**, pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, a partir de 1º de janeiro de 2024, até a data do efetivo pagamento da outorga, caso a assinatura do novo Contrato de Concessão ocorra após 1º de janeiro de 2024.

§ 5º A desestatização de que trata o caput deverá ser realizada na forma de que trata o § 4º do art. 3º do Decreto nº 9.271, de 2018.

Art. 2º Fica revogada a Portaria Interministerial MME/ME nº 2, de 7 de outubro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALEXANDRE SILVEIRA**

Ministro de Estado de Minas e Energia

**FERNANDO HADDAD**

Ministro de Estado da Fazenda

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.4.2023 - Seção 1.

#### ANEXO

Concessionária	Usina Hidrelétrica	Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG)	Potência (MW)
Copel Geração e Transmissão S.A.	Governador José Richa (Salto Caxias)	UHE.PH.PR.002591-7.01	1.240 MW
Copel Geração e Transmissão S.A.	Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	UHE.PH.PR.002715-4.01	1.260 MW
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.	Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	UHE.PH.PR.000984-9.01	1.676 MW